

NOVOS HORIZONTES PARA PORTUGAL

Novos horizontes para Portugal



Na sessão de encerramento do 39.º Congresso Nacional, em Santa Maria da Feira, o Presidente do PSD responsabilizou o PS e a esquerda pela realização de eleições antecipadas, criticou o Governo pelo desperdício de uma “conjuntura muito favorável” apoiada pela política monetária do Banco Central Europeu, pelo legado desastroso no ensino, com o fim das provas de aferição, a desautorização dos professores, o desinvestimento na escola pública e o “desprezo” pelo ensino profissional e educação de infância, e censurou a “falta de rigor e de planeamento” no Serviço Nacional de Saúde. “Estamos prontos para assegurar a diferença. Somos um partido reformista. Não vamos, por isso, fazer nenhuma revolução. (...) Queremos apenas, de forma sensata, mas corajosa e realista, desenvolver o nosso país e voltar a trazer a esperança aos portugueses”, afirmou Rui Rio



Rui Rio no encerramento do 39.º Congresso do PSD

GOVERNO DESPERDIÇOU “CONJUNTURA ECONÓMICA FAVORÁVEL”



Sob o lema “Novos horizontes para Portugal”, Rui Rio encerrou o 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata, no domingo, 19 de dezembro, no Europarque em Santa Maria da Feira, onde garantiu que o PSD dará uma “uma especial atenção” à educação. Rui Rio criticou o fim das provas de aferição, o aligeiramento dos currículos, o perfil do aluno “em que o conhecimento e a disciplina passaram a letra morta”, a desautorização dos professores e funcionários, o desinvestimento na escola pública e o “desprezo” pelo ensino profissional. Rui Rio garantiu que irá pôr termo ao marasmo que se vive no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Num discurso de cerca de 40 minutos, o Presidente do PSD responsabilizou o PS e a esquerda pela realização de eleições antecipadas e “o esgotamento de uma solução política de má memória”. “De má memória, porque a sua principal marca identitária era a de uma permanente aposta no presente e a de um notório desprezo pela construção de um futuro melhor e mais sólido para o nosso país”, criticou.





O Presidente do PSD lamentou que o Governo não tenha aproveitado a conjuntura económica favorável para reduzir a dívida pública. “Os larguíssimos milhares de milhões de euros que esta conjuntura permitiu pôr à disposição do Governo, foram, porém, todos delapidados com o claro objetivo do PS de conseguir obter a aprovação dos seus Orçamentos do Estado pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda”, acusou.

Sobre a educação, o Presidente do PSD considera que “não é compreensível que a uma profissão tão decisiva para a formação das novas gerações, ou seja, para o futuro do país, não sejam conferidas a dignidade e as condições de trabalho que merece”. Nesse sentido, “um Governo do PSD terá de dar uma especial atenção aos professores”.

Rui Rio sublinhou que será necessária tornar “a profissão mais atrativa par aos jovens”, mas também “ser criteriosos e exigentes na sua seleção”. “Considerá-los todos como iguais é, neste como em todos os demais setores da nossa sociedade, não só desvalorizar o mérito e a competência, como ignorar um elemento absolutamente decisivo para o sucesso, que é o brio profissional”, afirmou.

O Presidente do PSD apontou mesmo a política educativa dos últimos seis anos como “o melhor exemplo do que não deve ser feito”. “O Governo do PS, e particularmente a esquerda unida, tudo fizeram para mudar o que a muito custo se tinha conseguido. Acabaram com as provas finais de ciclo, aligeiraram o currículo, definiram um perfil do aluno em que o conhecimento e a disciplina passaram a letra morta, desautorizaram os professores, desinvestiram na escola pública, desprezaram o ensino profissional, ignoraram a educação de infância”, disse, considerando que estas mudanças “agravaram as desigualdades” entre os alunos.

“Temos de reconhecer que é obra, conseguir tanto mal em tão pouco tempo”, criticou.

Como prioridade nesta área, apontou a educação para a infância: “Temos de lançar bem cedo os pilares do futuro;



desde o berço ao jardim escola, da creche ao pré-escolar. É necessário um aumento da oferta, especialmente nas áreas metropolitanas, bem como um claro apoio às famílias, de forma a proporcionar a todas as crianças as melhores oportunidades”, disse.

Saúde: “falta de rigor e de planeamento”

Rui Rio fez um diagnóstico negativo da governação socialista, marcado pela “falta de rigor e a gestão por impulsos”. “Falta planeamento, os hospitais têm fraca autonomia, o Governo destruiu as parcerias público-privadas – mesmo as que se revelavam vantajosas – e o serviço público é

cada vez menos atrativo para os profissionais de saúde. Como consequência desta política, o SNS não está, objetivamente, a dar resposta satisfatória às necessidades das pessoas”, censurou.

Rui Rio defende que o SNS precisa de uma reforma “capaz de gerar melhores resultados em saúde e que, articulando-se com as iniciativas privada e social, consiga o necessário aumento da acessibilidade da população, sem perda da qualidade dos cuidados prestados”.

“O PSD, como partido personalista, não pode deixar o Serviço Nacional de Saúde à sua sorte, e, muito menos, seguir a mesma lógica da esquerda mais radical, que, proclamando querer salvá-lo, apenas tem contribuído para a sua degradação”, disse.



Perdão fiscal nas barragens da EDP

Rui Rio criticou a atuação do Governo socialista na venda das barragens da EDP na bacia do Douro. “A carência de verbas que António Costa invoca, quando ouve as crescentes reivindicações e reclamações de tantos setores da nossa sociedade, também não foi razão suficiente para que este governo deixasse de perdoar mais de 100 milhões de euros de imposto de selo à EDP, apesar de o PS tanto propagar que tanto quer aos mais desfavorecidos”.

O PS, segundo o líder do PSD, “discursa à esquerda, mas atua em sentido exatamente contrário do que diz”.

“É, aliás, como andou a fazer com a Europa nestes seus anos de governação. Em Bruxelas era casado com o rigor financeiro. Em Portugal vivia em união de facto com a geringonça. É isto que tem de acabar”, afirmou.

Sem disciplina “não há democracia”

O líder do PSD declarou ainda que sem rigor e disciplina “não há democracia”, mas “uma via para a anarquia”, voltando a colar ao Governo do PS “a marca da falta de rigor e do excesso de facilitismo”, como sucedeu na Administração Interna.

“É certo que o desempenho do ministro Eduardo Cabrita foi absolutamente desastroso, como desastroso foi o prolongado e cúmplice apoio que o primeiro-ministro lhe deu durante tanto e tanto tempo”, criticou, mas acrescentado que também a anterior ministra, Constança Urbano de Sousa, tinha tido “notórias dificuldades” numa função que exige autoridade e disciplina.

Ambiente: alterações climáticas serão uma prioridade

Nesta intervenção, Rui Rio apontou o combate às alterações climáticas como uma batalha essencial e considerou que “Portugal tem condições únicas para ser um País de referência em matéria de sustentabilidade ambiental e energética”. “Em matéria de ambiente, o PSD tem um legado de que se orgulha. Quem não se lembra de Gonçalo Ribeiro Telles no Governo de Sá Carneiro, a colocar pela primeira vez na agenda política a questão do ordenamento do território, da biodiversidade e da conservação da natureza?”, questionou.

Por essa experiência, Rui Rio sustenta que não se pode “abordar esta questão de modo fundamentalista e precipitado”.

“Os desafios ambientais não devem ser um obstáculo ao crescimento económico. Devem ser, sim, verdadeiros catalisadores para a geração de mais riqueza e para a concretização de uma economia mais robusta, mais competitiva e mais sustentável”, apontou.



TAP: “pior era impossível”

Rui Rio afirmou que era impossível fazer pior na gestão do processo da TAP. “Depois de uma vida de mão estendida ao Orçamento do Estado, a TAP, é, também, um exemplo da gestão socialista, com largos milhões de euros dos portugueses nela despejados”, criticou.

“É má a solução de fechar a TAP, depois das avultadas verbas que lá foram enterradas. É má a solução de a manter, porque ainda falta lá meter muito mais dinheiro. E será má a situação do nosso país, se a Comissão Europeia vier a reprovar o plano que lhe foi apresentado pelo Governo”, elencou.

Para Rui Rio, “foi a isto que conduziu esta governação do PS, em geral, e deste Ministério das Infraestruturas, em particular”.

“O Governo reverteu a privatização mal tomou posse – antes ainda da crise causada pela pandemia – e, com esse ato, voltou a meter o Estado num buraco que parece não ter fundo”, recordou.

Contas feitas, já “foram metidos mais de 2.000 milhões de euros nos últimos dois anos” na companhia aérea. “Ainda falta meter mais sabe-se lá quanto, e o plano de viabilização, se assim se pode chamar, continua enclachado em Bruxelas, vindo agora o Governo dizer que pode não ser aprovado e que, depois de tanto dinheiro perdido, a TAP afinal pode fechar”, criticou.

O Presidente do PSD resumiu todo este processo numa frase: “Tudo mau. Pior era impossível”.

Pela sua parte, Rui Rio considerou que “não pode haver complexos dessa natureza”. “A democracia não pode ser símbolo de facilitismo, e muito menos é ela incompatível com estes valores estruturantes da nossa sociedade. Sem rigor, sem respeito pela lei e sem disciplina não há democracia; há sim, uma via para a anarquia”, acusou.

Para o Presidente do PSD, é preciso “saber conciliar o valor da segurança com a liberdade individual e coletiva, promovendo, também nesta área, uma cultura de civismo e de respeito pelos direitos dos outros, tal como deve ser numa sociedade democraticamente madura”.

“É uma vergonha nacional a morte do cidadão ucraniano à guarda do SEF, mas é também motivo de grande preocupação a desorganização, a permissibilidade e a fraca operacionalidade para que o SEF foi lançado por este Governo – talvez já com a intenção de o extinguir”, criticou.

Para o Presidente do PSD, a marca do Governo do PS é sempre a mesma, ao longo dos tempos: “A marca da falta de rigor e do excesso de facilitismo”.

No encerramento do 39.º Congresso Nacional, Rui Rio destacou que “a visão clubística, que trata adversários políticos quase como inimigos não se coaduna com a forma como vejo a atividade partidária. Existimos todos para servir Portugal, apenas nos distinguimos na forma de o fazer, pelo que defendo que sempre que o entendimento é possível, ele é, obviamente, preferível à discórdia e à mera tática partidária de curto prazo”.

Rui Rio entende que “inventar diferenças para lá das que realmente existem, é um exercício inútil para quem coloca os interesses do País à frente dos do seu próprio partido”.



Fazer reformas sem revolução

Rui Rio reiterou que pretende fazer reformas, mas “sem nenhuma revolução”, e voltou a atacar a utilização indevida dos apoios sociais, prometendo “fiscalização reforçada”. “Não é aceitável um país com a sua classe média sufocada em impostos e em que o seu salário de referência pouco se distingue do mínimo em vigor. Assim como também não é racional manter apoios sociais a quem os usa para se furtar ao trabalho e, dessa forma, condicionar a própria expansão empresarial que, cada vez mais, se lamenta da falta de mão de obra disponível”, afirmou Rio, no discurso de encerramento no 39.º Congresso do PSD, numa passagem muito aplaudida no Europarque.

De acordo com o Presidente do PSD, “os apoios sociais são socialmente indispensáveis, mas apenas para quem deles verdadeiramente necessita, e não para quem os recebe indevidamente”. “Tem de haver uma fiscalização adequada para que possamos garantir, simultaneamente, justiça social e progresso económico. Em síntese, precisamos de um novo Governo com coragem para levar a cabo as reformas que nos diversos setores da nossa vida coletiva se apresentam como necessárias”, disse.

Rui Rio reafirmou a vocação reformista do PSD, mas deixou um compromisso: “Não vamos, por isso, fazer nenhu-

ma revolução, nem vamos destruir tudo o que os outros fizeram. Queremos apenas, de forma sensata, mas corajosa e realista, desenvolver o nosso país e voltar a trazer a esperança aos portugueses”.

O Presidente do PSD terminou a sua intervenção citando o antigo Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, que dizia que “um homem com convicção pode superar uma centena de outros que apenas têm opinião”. “A convicção de que este país, ancorado na sua secular existência, não pode estar condenado à estagnação, nem a ser um parente cada vez mais pobre da União Europeia (...) Temos de acreditar que o Portugal do século XXI, pode voltar a ser grande. Tão grande quanto a dimensão da sua História”, exortou.

Antes da intervenção do líder do PSD, Paulo Mota Pinto, reeleito Presidente da Mesa do Congresso, procedeu à proclamação dos resultados, saudou todas entidades convidadas (órgãos de soberania, partidos políticos, autarquias, confederações patronais, sindicatos e outros organismos da vida coletiva), tomaram posse os novos órgãos do partido e foi exibido um vídeo que terminou com o lema da sessão de encerramento da reunião magna do PSD: “Novos horizontes para Portugal”.



Rui Rio no discurso de abertura do 39.º Congresso

“SEIS ANOS PERDIDOS” DE GOVERNOS PS



No discurso de abertura do 39.º Congresso Nacional do PSD, que começou com uma homenagem ao antigo deputado António Topa, falecido no dia 31 de outubro, Rui Rio dirigiu um agradecimento a todos os militantes. “O PSD não é o seu presidente, nem, tão pouco, os seus dirigentes. O PSD são as suas bases, que, de forma livre e desinteressada, todos os dias, lutam por Portugal, através do nosso partido – que, todos os dias, afirmam a social-democracia, como via para o desenvolvimento, ou seja, para a liberdade, para a justiça social, para a igualdade de oportunidades e para o respeito e tolerância com as diferenças”, afirmou.

O Presidente do PSD traçou como objetivo vencer as legislativas de 30 de janeiro de 2022 para “governar Portugal com o rigor e coragem”. “O Partido Social Democrata propõe-se ganhar as próximas eleições de janeiro e governar Portugal com o rigor e a coragem que tanto nos tem faltado. Governar Portugal com a visão reformista que uma sociedade dinâmica e em constante mutação exige a quem se propõe governá-la”, afirmou Rui Rio, numa passagem que mereceu aplausos na sala.

Rui Rio defendeu que, apesar da pandemia, os objetivos do seu anterior mandato “estão cumpridos para lá do prometido”. “Temos a implantação autárquica fortemente reforçada, temos a penetração na sociedade conseguida e a credibilidade junto do eleitorado conquistada. Conseguimos ainda a recuperação do Governo dos Açores e da Câmara Municipal de Lisboa, êxitos nos quais muito poucos acreditavam”, sublinhou.





Na sua intervenção, de cerca de meia hora, Rui Rio considerou que o mandato que agora termina “ficou marcado por sucessivos êxitos eleitorais do PSD”, como a vitória nas regionais na Madeira, a reconquista do Governo dos Açores, o apoio à recandidatura do atual Presidente da República, e os bons resultados nas autárquicas, traçando já uma meta para as próximas eleições locais.

Rui Rio reiterou o que disse desde o início do seu mandato, quando sublinhou que “as eleições autárquicas não eram menos importantes do que as legislativas”. “Temos hoje 13.430 portugueses eleitos pelo PSD nas nossas autárquias, o que nos dá a garantia de continuarmos a ser um partido profundamente enraizado na sociedade portuguesa e com legítimas e fundadas aspirações a voltar a presidir de novo à Associação Nacional de Municípios, já a partir das próximas eleições autárquicas. Eleger o Governo da nação é importante, mas eleger 3.707 órgãos autárquicos, que todos os dias tomam decisões relevantes para o nosso quotidiano, não deixa também de ser de enorme importância para a vida de todos os cidadãos”, disse.

Rui Rio acusou o PS de “seis anos perdidos”, de “imobilismo e propaganda” na justiça, insistindo na necessidade de uma reforma neste setor. “É no setor da Justiça, que,



em Portugal, mais se nota o imobilismo e a incapacidade para dar uma resposta satisfatória às necessidades da sociedade, seja na área cível, no crime ou, especialmente, na área administrativa e fiscal, onde um cidadão pode esperar mais de quinze anos por uma sentença”, destacou.

A justiça foi um dos pontos da intervenção, que serviu para fazer duras críticas ao PS, considerando que dos socialistas “pouco ou nada” se pode “esperar nesta área fundamental da vida coletiva”. “Nestes seis anos, para lá de aumentar os salários dos magistrados em choque frontal e injusto com o que não fez com os demais servidores públicos, o Governo de António Costa e Francisca Van Dunem notabilizou-se pelo imobilismo, pela propaganda - por vezes de forma demasiado ostensiva e descarada - e pelo processo indecente como foi nomeado o representante de Portugal na Procuradoria Europeia”, criticou.

Para Rui Rio, “sem uma justiça célere e eficaz, isenta e competente, não há democracia de qualidade”. “São lindas as palavras que falam em presunção de inocência e em direito à honra e ao bom nome de todo e qualquer cidadão. É feia, muito feia, a hipocrisia política que aceita com evidente incoerência a grosseira violação quotidiana desses valores primeiros do Estado de Direito e da nossa civilização”, sustentou.



É por isso que o PSD, de acordo Rui Rio, tem insistido e continuará a insistir “numa reforma deste setor, que tão longe está daquelas que são hoje as novas dinâmicas sociais”.

Na análise de Rui Rio, foram “seis anos perdidos” para a justiça “por uma governação socialista”, onde casos paradigmáticos como o BES, a Operação Marquês ou a capitalização pública do Novo Banco continuam por resolver.

“E o que é mais grave, é que é precisamente nesta área da governação onde mais ação e mais competência tem de haver, para combater a corrupção e o compadrio – um mal que assola o nosso país e que não só tanto o tem prejudicado, como tanto tem minado a credibilidade das nossas instituições”, referiu.

José Silvano: eleições ganham-se com o “eleitorado do centro”

O Secretário-geral do PSD antevê que as eleições legislativas vão ser ganhas com os votos do “eleitorado do centro”, que está “farto do conformismo” do PS e que “não tem objeção” de votar em Rui Rio. “As próximas eleições legislativas, essas vão fazer-se com o eleitorado do centro, do PS e do PSD, o eleitorado que decide as eleições



(...), que tanto vota PS como PSD, que não tem objeção em votar no atual líder do PSD por estar farto do conformismo do PS”, afirmou José Silvano, sábado, 18 de dezembro.

Aludindo ao ambiente de apelo à união, o também deputado à Assembleia da República salientou que, “para se ganhar as eleições legislativas, não basta dizer” que o PSD está unido. “Isso é importante, dizermos e passarmos para a opinião pública que estamos unidos. Mas temos que ter três coisas essenciais”, disse, enumerando: “Um líder credível, capaz de ter as qualidades que os portugueses querem, uma estratégia adequada, para conquistar o eleitorado deste país, proposta clara, capazes de convencer os portugueses que somos melhores do que o PS no Governo e que somos capazes de fazer melhor do que eles estão a fazer até agora”, apontou.

José Silvano salientou ainda serem necessárias “respostas claras e diferenciadoras do PS” para ganhar as legislativas de 30 de janeiro de 2022. Entre essas propostas, o Secretário-geral apontou a “redução da carga fiscal naquilo que for possível”, que é a “marca” do PSD, disse, “o apoio às empresas, melhor emprego, mais bem remunerado” e até mesmo a regionalização, ainda que com limites.

“Na descentralização, que até pode ir até à regionalização, mas uma regionalização clara e com linhas vermelhas, que seja de fora para dentro e com o princípio que não aumente a despesa pública”, disse.

“Se a regionalização for a reforma que é preciso fazer, aproveitando recursos, com menos despesa pública, com menos desperdício, o nosso líder já disse que estava disposto a caminhar para a regionalização com linhas vermelhas”, completou.

Paulo Rangel: está na hora de “devolver esperança aos portugueses”

O candidato à liderança do PSD, Paulo Rangel, salientou que as eleições internas “não enfraqueceram”, mas reforçaram o partido, comprometendo-se a dar todo o apoio a Rui Rio para “dizer basta de PS” nas próximas eleições.

Aceitando “os resultados” nas diretas, o eurodeputado do PSD assumiu um compromisso: “sem abdicar das minhas convicções, disponível para servir Portugal, os portugueses e o PSD, no presente e no futuro como sempre estive no passado, dou e darei todo



o meu apoio ao partido e ao presidente nesta pré-campanha e em toda a campanha eleitoral”.

“O projeto do PS e do seu líder exauriu-se, esgotou-se, apagou-se”, defendeu, acrescentando que está na hora de dizer “basta de PS” e de “gerar uma alternativa forte, galvanizadora, capaz de devolver esperança aos portugueses”.

Carlos Moedas: “Assim como mudámos Lisboa, vamos mudar o país”

O recém-eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas, mostrou-se convicto de que a conquista da autarquia da capital pode catapultar o PSD para uma vitória nas legislativas. “Acho que a vitória [em Lisboa] foi muito importante, deu uma dinâmica muito importante, e, como disse muitas vezes na campanha, acho que de Lisboa vamos ganhar o país. E, portanto, é isso que venho aqui dizer, para estarmos unidos, porque é a hipótese que temos de ganhar o país”, disse.

Na intervenção que fez no segundo dia do Congresso, Carlos Moedas pediu ao PSD que vá para as legislativas unido e com um “inconformismo moderado”, sem extremistas, e disse a Rui Rio que “não está sozinho”. “As pessoas estão desiludidas com aqueles que querem o poder pelo poder. Só votarão em nós se estivermos unidos. Porque só unidos geramos confiança”, defendeu, agradecendo quer a Rui Rio a confiança que sempre teve em si.

O autarca de Lisboa avisou que “a união não é suficiente”. “Temos que ser concretos e inconformados contra um poder que anestesia o país. Ser um inconformista moderado é vencer sem alianças com os extremos”, disse, num recado implícito sobre a recusa entendimentos eleitorais com o Chega, que excluiu da coligação “Novos Tempos” que venceu as autárquicas.

Carlos Moedas apelou PSD que corra o risco “de querer mudar” e citou Rui Rio, que já disse que sozinho é impossível fazer reformas. “E tem toda a razão. Mas Rui Rio, quero aqui dizer-lhe, alto e bom som, que não está sozinho. Tem um partido inteiro atrás de si. Tem um país ávido de mudança consigo”, afirmou.

Carlos Moedas disse que, com Rui Rio, estão também “os quase três milhões de votos do professor Cavaco Silva, em 1991” e “os mais de dois milhões de votos de Pedro Passos Coelho, em 2011”, bem como “os dois milhões e meio de votos do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, este ano”. “Estamos prontos ou não estamos prontos? Assim como mudámos Lisboa vamos mudar o país”, apelou, recebendo nova ovação de pé do Congresso.

Num discurso de dez minutos, Carlos Moedas começou por citar “um grande líder” do PSD, Cavaco Silva, que disse que “prestar contas é um imperativo de quem exerce cargos públicos”. “E é isso que aqui hoje venho fazer: prestar contas, agradecer-vos tudo o que fizeram por mim e deixar-vos um humilde conselho de quem ganhou umas eleições em condições muito difíceis. E em que poucos acreditavam”, declarou.

Da sua experiência em cargos públicos, Carlos Moedas destacou “uma crença inabalável na democracia - e não nos populismos -, na Europa - e não nos extremismos -, na mudança - e não nos imobilismos”.

Carlos Moedas frisou que é preciso “mudar sem destruir, mostrar às pessoas que elas contam, é não ser arrogante e sobranceiro, é ser humilde na liderança”, e pediu respostas concretas. “Para que as pessoas mais idosas possam ir ao médico em vez de falar de saúde pública ou privada. Para oferecer aos mais novos e mais velhos transportes públicos gratuitos que reduzam a poluição da cidade em vez de falar conceitos vagos e impor soluções às pessoas que elas não compreendem. Para reduzir impostos e taxas que asfixiam a nossa economia e qualidade de vida dos portugueses”, exemplificou.



O antigo comissário europeu apelou a que o PSD saia do Congresso “com ideias concretas que mudem a vida das pessoas, sem medo nem hesitações”. “Eu acredito que será essa união, que será esse inconformismo moderado que nos pode levar à vitória (...) É com essa força que ganharemos o país, como ganhámos Lisboa, como ganhámos Portalegre, como ganhámos Coimbra, como ganhámos o Funchal, como ganhámos Barcelos”, considerou.

O 39.º Congresso do PSD arrancou na sexta-feira, 17 de dezembro, pelas 21h42, sob o lema “Portugal ao Centro”. Nos painéis eletrónicos, em cor de laranja, figuravam também vários avisos relacionados com a covid-19: “Obrigatório o uso de máscara”, “mantenha a distância”, “mantenha o lugar” ou “desinfete as mãos com frequência”. Para aceder à sala do Europarque, onde decorreu a reunião magna, todos os congressistas e elementos da comunicação social tiveram de apresentar um teste negativo ao SARS-CoV-2, além de serem verificados os certificados digitais e o uso de máscara. O 39.º Congresso juntou 960 delegados, cerca de 160 participantes e 400 observadores.



LINHAS PRINCIPAIS DA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA GLOBAL



A proposta de estratégia global de Rui Rio, “Governar Portugal ao Centro”, foi aprovada de braço no ar, dia 18 de dezembro, no 39.º Congresso, sem votos contra e com duas abstenções.

A moção, apresentada no final de novembro no âmbito da campanha para as diretas, contém 18 páginas, centrado sobretudo na estratégia política, e que remete em várias passagens para a moção que apresentou há dois anos, “Portugal ao centro”.

A proposta de estratégia global de Rui Rio considera que o PSD “está em condições de governar Portugal” e refere que se deve construir uma “nova maioria sem linhas vermelhas”, assente no diálogo “à esquerda ou à direita”

“O PSD está em condições de governar Portugal. Saibamos recuperar a confiança dos portugueses através das nossas propostas e de uma liderança responsável, credível e mobilizadora”, refere o texto.

Na moção, Rui Rio defende que “importa construir uma nova maioria sem linhas vermelhas, assente no diálogo e no compromisso, à esquerda ou à direita, cujo único limite será a da moderação, do respeito pelas instituições constitucionais e a do superior interesse nacional”.

O texto começa por fazer um balanço dos resultados do último mandato de Rui Rio, apontando a vitória nas regionais da Madeira, a solução que permitiu ao PSD presidir ao Governo dos Açores, o apoio a Marcelo Rebelo de Sousa para Belém e o resultado “politicamente vitorioso” nas autárquicas de setembro.

Sobre o futuro próximo, defende-se que as próximas eleições legislativas de 30 de janeiro são “uma oportunidade de quebrar o ciclo de hegemonia do Partido Socialista e dos partidos à sua esquerda”, mas recorda os vários riscos de contexto, como a crise pandémica, económica e social, e a situação de incerteza que se vive na economia internacional.

“As próximas eleições decidir-se-ão ao centro do espectro político-partidário. É esse centro político que determinará qual das opções vingará: ou a continuidade das políticas de esquerda que têm conduzido ao empobrecimento relativo do nosso país face aos nossos parceiros europeus, ou a mudança para uma política de libertação da economia e da sociedade portuguesas”, refere.

No capítulo “Uma Nova Cultura Política para uma Agenda Reformista”, a moção de Rio considera que os seis anos de governação socialista agravaram os bloqueios do país.

“Débil crescimento económico e endividamento insustentável, degradação do sistema político, recessão demográfica, falta de autoridade e eficiência da ação pública da Administração e do Estado. Só o PSD tem uma agenda reformista que responde a esses bloqueios”, refere a moção.

Rui Rio adverte que a “nova cultura política” capaz de fazer essas reformas tem de enfrentar algumas “adversidades e resistências” e enfatiza um argumento que utilizou repetidas vezes na campanha interna. “Não é pelo facto de elevarmos mais a voz que passamos a ter maior razão. A ‘política espetáculo’ não pode ter lugar num partido

que aspira a governar Portugal. Se o fizermos, arriscamo-nos a ser iguais aos que no atual Governo fazem da comunicação o principal instrumento de manipulação dos cidadãos através dos media. Também neste particular domínio o PSD tem de fazer a diferença”, preconiza.

O líder do PSD faz o retrato dos principais bloqueios que considera afetarem o país – como o fraco crescimento económico, a demografia ou a degradação dos serviços públicos, entre outros –, apontando o programa eleitoral apresentado pelo partido em 2019 como “um guia das reformas e das medidas” que propõe para o país.

No texto, faz-se alusão às “lições das experiências eleitorais”, identificando-se “três grandes alterações na base eleitoral do PSD” nos últimos dez anos.

A perda significativa do eleitorado sénior (principalmente pensionistas e reformados, “eleitorado que é hoje o principal suporte do Partido Socialista”), redução da implantação eleitoral do partido nos principais centros urbanos e, pela positiva, um aumento de peso do PSD “junto do eleitorado mais jovem e dos ativos com médias e altas qualificações”.

“Os primeiros sinais de inversão desta tendência registaram-se nas eleições legislativas de 2019 e confirmaram-se nas eleições autárquicas de 2021 (...) Entretanto, faltam reforçar a nossa implantação junto do eleitorado mais idoso. Existe, agora, um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nem desperdiçado. Saibamos concretizá-lo nas próximas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022”, apela.

Combate à corrupção

O combate à corrupção é “uma das suas bandeiras”, considerando que a prioridade “tem de centrar-se na eliminação dos contextos que favorecem essa corrupção”.

“Temos de afirmar a nossa independência face às oligarquias, eliminar a lógica clientelar no acesso aos cargos públicos e contrariar a ação das parentelas na ocupação do aparelho do Estado, das autarquias e empresas públicas, especialmente nos órgãos executivos de nomeação”, refere.

Justiça

Defende “uma reforma urgente” deste setor, apontando três problemas principais: “a organização com traços marcantes de corporativismo e não sujeita ao escrutínio público, a morosidade dos processos que ilude o respeito e defesa dos direitos fundamentais e os entraves ao acesso a este bem público fundamental por parte de todos os cidadãos”.

Rui Rio precisa que estes problemas “são mais expressivos na justiça administrativa e fiscal pelos efeitos que produzem no funcionamento da economia” e recorda que o PSD já apresentou as suas propostas para a reforma da Justiça, responsabilizando o PS por não ter havido um maior avanço.

Impostos

A moção defende que “é urgente” inverter a política fiscal, apontando que “a maior carga fiscal na história das finanças públicas portuguesas é um dos maiores sufocos que inibe a mobilidade social ascendente e aumenta o risco de pobreza entre os que trabalham, não obstante serem mais qualificados, e os mais jovens”.

“O Estado não pode continuar a fazer cada vez mais despesa para aumentar cada vez mais a carga fiscal. Onde e quando vamos parar?”, questiona o texto.

Saúde

Entre os serviços públicos, o Presidente do PSD elege a situação do Serviço Nacional de Saúde como “a mais grave”. “Para além dos crónicos problemas de subfinanciamento, o SNS é vítima de uma gestão sem critério, sem autonomia nem responsabilidade que a transforma em ineficiência estrutural”, refere o texto.

Para Rui Rio, “não há alternativa” a considerar os serviços de saúde, públicos e privados, “como um todo, mobilizando todos os recursos disponíveis para a concretização do objetivo principal: assegurar um bom serviço de saúde, em tempo e com qualidade”.

Educação

Inclui este setor como um dos “desafios prioritários” para o país e alerta que, “após quinze anos de progressos assinaláveis o sistema educativo português dá os primeiros sinais de retrocesso”.

Rui Rio aponta como principais problemas desde 2015 “a desorganização do sistema de ensino, o envelhecimento, a desmotivação e a não renovação dos quadros docentes” e define uma prioridade.

“A reforma da educação tem de começar pelas bases, a saber, a educação de infância (creches e infantários) acessível a todas as crianças, promoção do sucesso escolar, rigor e clareza curricular, diversidade pedagógica, instrumentos sistemáticos de avaliação das aprendizagens, dignificação da profissão docente e autonomia das escolas”, defende-se na moção.

Sistema político

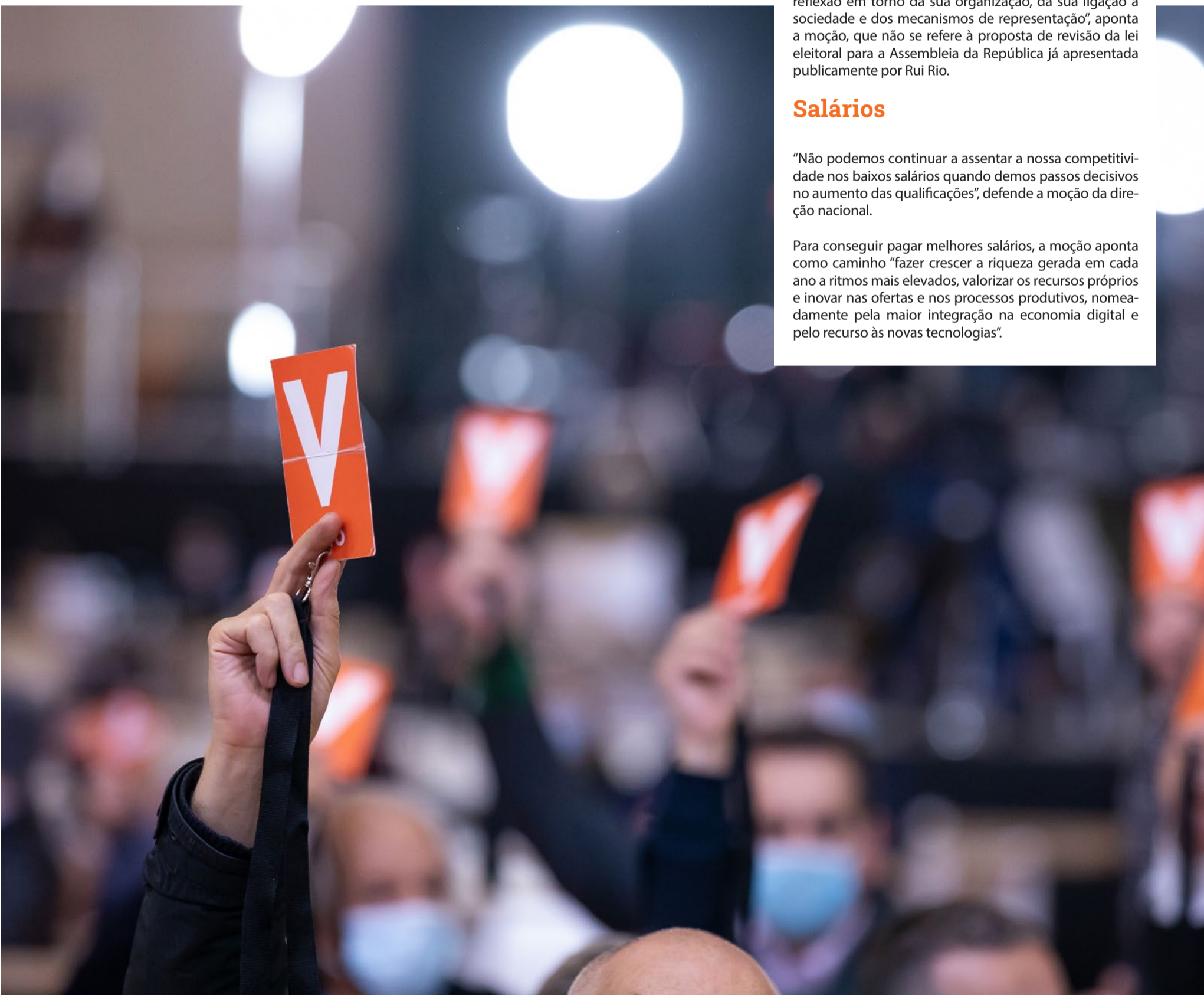
O Presidente do PSD incluiu na sua moção a necessidade de “iniciar uma reforma do sistema político que comece nos partidos políticos e acabe na própria reforma do Estado e das suas instituições centrais”.

“O afastamento dos cidadãos expresso no seu indiferentismo e o défice de confiança nas instituições são sinais que deveriam mobilizar todos os partidos para uma reflexão em torno da sua organização, da sua ligação à sociedade e dos mecanismos de representação”, aponta a moção, que não se refere à proposta de revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República já apresentada publicamente por Rui Rio.

Salários

“Não podemos continuar a assentar a nossa competitividade nos baixos salários quando demos passos decisivos no aumento das qualificações”, defende a moção da direção nacional.

Para conseguir pagar melhores salários, a moção aponta como caminho “fazer crescer a riqueza gerada em cada ano a ritmos mais elevados, valorizar os recursos próprios e inovar nas ofertas e nos processos produtivos, nomeadamente pela maior integração na economia digital e pelo recurso às novas tecnologias”.



TODAS AS 12 PROPOSTAS TEMÁTICAS FORAM APROVADAS

Críticas às desigualdades territoriais e ao processo de descentralização e pedidos de reforma do sistema político e eleitoral dominam as 12 propostas temáticas que foram discutidas no 39.º Congresso do PSD.

Todas as 12 propostas temáticas foram aprovadas. A proposta temática mais votada, com 86% de votos a favor, foi a dos Autarcas Sociais Democratas (ASD), sobre “Políticas Públicas de proximidade ao serviço da sustentabilidade dos territórios” (Moção G).

Nesta edição do “Povo Livre”, publicamos os resultados das votações de cada uma das propostas temáticas (páginas finais do jornal).

Moção A, da Distrital de Santarém: “Um choque de equidade, justiça e coesão territorial”

A moção pede “um choque de políticas para a equidade, justiça e coesão territorial em Portugal”: da área fiscal ao investimento público, da disponibilidade de equipamentos e serviços públicos à redistribuição dos meios do Estado pelo país, da própria organização política à forma e localização das tomadas de decisão.

Os subscritores da moção questionam, por exemplo, se não fará mais sentido que alguns dos serviços do Ministério da Agricultura estejam em Santarém do que no distrito de Lisboa ou que setores de operações e engenharia da CP possam localizar-se no Entroncamento, em linha com o que PSD tentou recentemente com a proposta de deslocação do Tribunal Constitucional para Coimbra.

Moção B, da Distrital de Vila Real: “Sustentabilidade e Valorização Territorial”

Esta proposta centra-se nos desequilíbrios territoriais do país, alertando que dois terços do país “estão ameaçados pelo despovoamento”, incluindo o distrito de Vila Real.

A moção propõe estratégias para a criação e fixação de valor acrescentado e emprego qualificado nos territórios de baixa densidade, considerando “determinante garantir a existência de um número mínimo de bens e serviços públicos”, em áreas como saúde, educação, justiça, segurança, cultura e serviços administrativos.

Os subscritores defendem ainda uma fiscalidade “amiga do investimento e da criação de emprego” nestes territórios de baixa densidade.

Moção C, da Distrital de Aveiro: “Uma abordagem da social-democracia aos desafios que atualmente se colocam a Portugal, às regiões e à sociedade civil no contexto europeu e num mundo global”

A moção, apesar de pedir a concretização adiada de alguns investimentos em Aveiro, centra-se numa visão global para o país, traçando um diagnóstico muito negro de “um país à beira do abismo” ou “da derrocada”.

“Está difícil viver em Portugal! Este país, tal como está e tem estado, não é para famílias e, menos ainda, para jovens”, afirmam os subscritores, considerando que o país tem de decidir se quer “mudar de caminho”, atacando sobretudo o agravamento da carga fiscal.

Sobre os mais recentes governos socialistas, a moção fala do “pântano de Guterres, da bancarrota de Sócrates e da inação de Costa”, acusando o atual primeiro-ministro de ter construído “maquiavelicamente esta crise política”.

À direita, a proposta temática refere a existência de “pequenos partidos de direita de cariz reacionário influenciados por ideais de extrema-direita ou por derivas neoliberais”, apontando que só a social-democracia pode ser o caminho, propondo um “plano de resgate” para famílias e empresas.

A moção destaca o significado das últimas eleições diretas, ganhas por Rui Rio, considerando que os militantes do PSD souberam “escolher aquele que os eleitores mais queriam e esperavam para restaurar uma nova esperança em Portugal”.

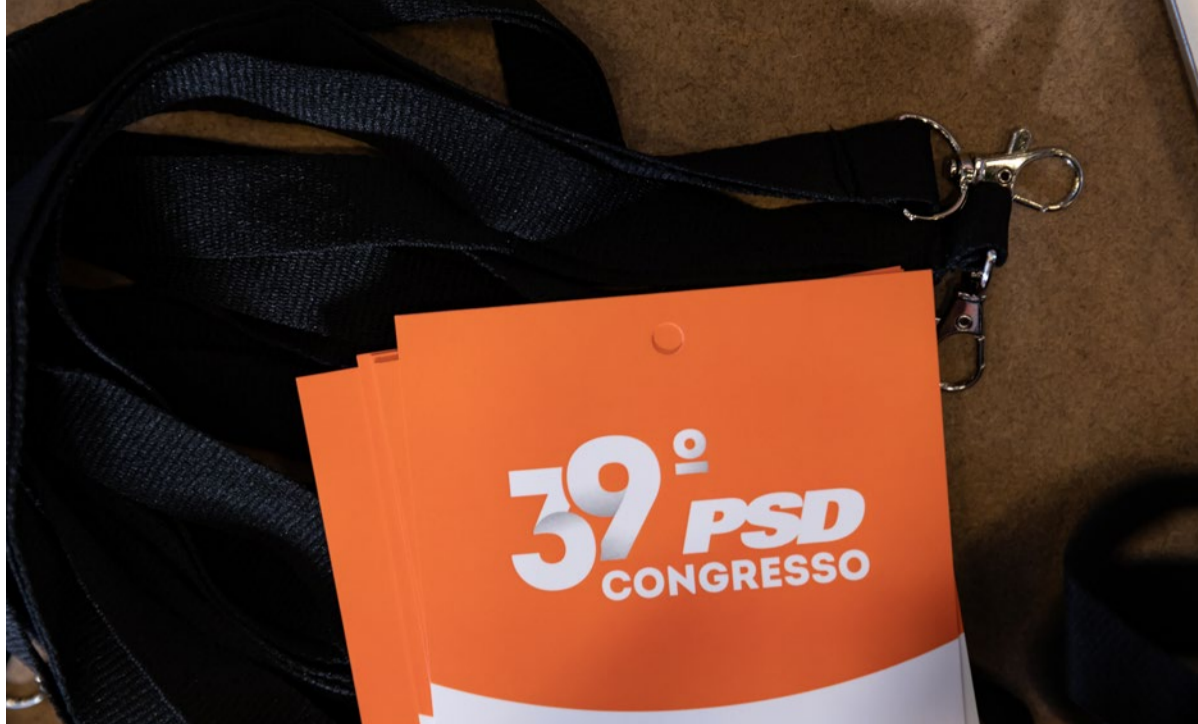
Moção D, da Distrital de Castelo Branco: “14 medidas diretas, divididas por áreas essenciais para o desenvolvimento regional”

Propõe-se “uma estratégia de ação que acabe com anos e anos de estagnação económica, social e política no Distrito de Castelo Branco”, que passam pela criação de estruturas locais para a gestão e desenvolvimento da região da Beira Interior e pela aposta na cooperação com Espanha em termos empresariais, culturais, educativos e de saúde.

No turismo, os subscritores querem uma entidade promotora do Turismo própria da Beira Interior, virada para o turismo sénior ou da caça.

A criação de um Centro Internacional de Negócios da Beira Interior, que funcionaria como uma espécie de ‘zona franca’ com uma taxa de IRC de 5% é outra das propostas, a par da redução da Taxa Social única (TSU) para contratar recém-licenciados e mestres para a região e uma redução do IRS aplicável no distrito (menos 30% quanto ao resto do território).





Moção E, da Distrital de Leiria: "Reformar Portugal"

A moção, além de propostas para Leiria (com o objetivo prioritário de vencer as autárquicas de 2025), apresenta várias propostas políticas nacionais, como a da extinção da figura do militante suspenso, que hoje se aplica aos que não paguem quotas por um período superior a dois anos.

A distrital de Leiria defende também a realização de primárias para a escolha dos candidatos do PSD para os diferentes órgãos e pede ao partido que lidere a reforma do sistema político, propondo a evolução para os círculos uninominais, a discussão sobre a redução de deputados e a introdução do voto preferencial.

A introdução do voto eletrónico em eleições nacionais e a limitação de mandatos para todos os titulares de cargos políticos são outras das propostas desta distrital, que pede também uma uniformização da duração mandatos dos cargos políticos - propostas que constam, na maioria, nas linhas gerais da revisão da lei eleitoral apresentada pelo PSD, mas que não foi entregue no parlamento devido à interrupção da legislatura.

Moção F, da Distrital de Coimbra, "Tecnologia 5G: Uma (última) oportunidade de coesão territorial?"

Em mais uma moção que alerta para "as desigualdades que a administração central perpetua" penalizando o interior, a distrital de Coimbra chama a atenção para a oportunidade que constitui a tecnologia 5g, mas alerta que esta tem de ser "uma realidade para todo" o território.

"Que sejam criadas comissões de acompanhamento do processo de instalação e monitorização de resultados da tecnologia 5G, e que essas comissões incluam os representantes do poder local, os que exercem em proximidade com as populações, os que conhecem efetivamente a realidade dos seus territórios, por forma a serem regularmente ouvidos pela autoridade nacional", propõem, considerando que "qualquer outro processo de acompanhamento será ineficaz pelo distanciamento e alheamento da realidade".

Moção G, Autarcas Social Democratas (ASD), "Políticas Públicas de proximidade ao serviço da sustentabilidade dos territórios"

A moção dos ASD defende que o PSD deve aproveitar os seus 13.446 autarcas eleitos, das freguesias mais pequenas às capitais de distrito, "como uma oportunidade para aproximar o discurso nacional à realidade dos territórios, respondendo eficazmente aos anseios das populações".

Esta é a única moção onde surge a palavra "regionalização", defendendo-se que se "estude, ulteriormente, as vantagens e desvantagens" deste processo, com base no relatório da Comissão Independente apresentado no Parlamento em julho de 2019.

Sobre o processo de descentralização, consideram que acabou "por descambar num modelo impositivo falacioso ao não contemplar, com clareza, a assunção dos compromissos financeiros inerentes, levando a posições públicas de insatisfação de autarcas de todos os quadrantes políticos".

Pedem, por isso, "que se promova uma verdadeira descentralização de competências do Governo Central para as autarquias", mas garantindo o correspondente "pacote financeiro", e que adie até 31 de dezembro de 2022 a entrada em vigor do pacote da descentralização "face ao brutal atraso de implementação que o Governo infligiu no processo".

Moção H, dos Trabalhadores Social Democratas (TSD): "PSD - Rumo a um novo ciclo político"

A moção do TSD começa por saudar a eleição de Rui Rio nas diretas de 27 de novembro, considerando que validou "a sua apresentação aos portugueses como candidato a Primeiro-Ministro".

O texto defende que o PSD deve manter-se no centro político, "rejeitando, de igual modo, o coletivismo derrotado pela História e um certo capitalismo desregulado e insensível ao progresso social".

Como objetivo para uma governação liderada pelo PSD, esta estrutura autónoma, aponta "a melhoria dos rendimentos, redução da pobreza e combate às desigualdades", alertando que a não subida do salário médio face ao mínimo tem gerado "situações de injustiça, descontentamento e desmotivação laboral".

Os TSD apelam à estabilidade da legislação laboral e defendem que quaisquer mudanças devem respeitar entendimentos tripartidos, isto é, obtidos através do acordo dos parceiros Sociais e do Governo.

Moção I, da Distrital de Beja: "O alento, o mundo rural e a reforma do sistema eleitoral"

A moção volta a chamar a atenção para a necessidade de o PSD fomentar os níveis de coesão das regiões de baixa densidade e de promover infraestruturas para desenvolver a região, mas também apela a reformas no sistema eleitoral e partidário.

Os subscritores salientam que Beja, "o maior distrito do país elege hoje três deputados", número que está em risco porque continua a perder população, e que todo o Alentejo apenas escolhe oito parlamentares.

"O nosso partido tem de assumir a responsabilidade de ajudar a encontrar uma solução para garantir, o aumento do número mínimo de deputados a eleger em vários territórios do interior, como Beja e torná-lo inalterável, independentemente da perda de população", defendem.

Moção J, da Juventude Social Democrata (JSD): "Tirar Portugal da 'cepa torta'"

A proposta temática da JSD aponta como objetivo para as próximas legislativas "substituir o Governo situacionista" do PS, sem ceder a "jogos de poder" de António Costa.

"Para olhar para a frente, o primeiro passo é não sujeitar mais o país aos jogos de poder de António Costa e substituir este Governo situacionista por um Governo reformista", defende a moção.

Na proposta temática da JSD, aponta-se o cariz reformista como a "marca indelével" do PSD e pede-se que seja novamente esse o compromisso nas eleições de 30 de janeiro, em que o partido deverá ser "protagonista de uma alternativa maioritária de centro-direita".

A proposta temática da 'jota' pede ainda uma reforma do sistema político e do sistema eleitoral: "A reconfiguração dos círculos plurinominais, a consagração de círculos uninominais com círculo nacional de compensação ou a ordenação das listas pelo eleitor são putativas soluções para um problema premente".

Moção K, da coordenadora das Mulheres Social Democratas (MSD), Lina Lopes: "Passar à ação: por uma participação mais equilibrada de mulheres e homens na defesa da social-democracia"

A moção apresenta vários quadros sobre a representação das mulheres na política e, quanto à distribuição de deputados eleitos no último mandato, o PSD fica mesmo atrás de todos os maiores partidos em termos percentuais, com apenas 32% de mulheres na sua bancada (26 em 79).

Mesmo nas recentes eleições autárquicas, o número de mulheres eleitas presidentes de Câmara pelo PSD, 29, não chegou sequer aos 10% do total (9,6%). Também nos órgãos nacionais do PSD, as mulheres continuam a estar sub-representadas: são cerca de 20% da Comissão Política Nacional e menos de 13% no Conselho Nacional, o órgão máximo entre Congressos.

A moção lembra que o PSD foi o primeiro partido a eleger uma mulher presidente da Assembleia da República (Assunção Esteves), pelo que defende que tem maior responsabilidade em aumentar a representação feminina no partido: dos militantes, cerca de 37% são mulheres, quando estas representam cerca de 52% da população.

O texto defende a integração nos estatutos do PSD das Mulheres Sociais Democratas como estrutura autónoma – uma reivindicação antiga, mas nunca concretizada – e medidas como o reforço de sanções financeiras aos partidos que não apresentem um "equilíbrio credível" entre os candidatos de cada género.

Moção L, do militante João Dias Coelho: "Valorizar o ambiente e assegurar a sustentabilidade"

A única proposta temática apresentada por um militante individual é centrada no ambiente, e defende a suspensão do atual concurso internacional aberto pelo Instituto da Mobilidade, com vista à construção de um novo aeroporto internacional.

Esta moção pede que se "determine as potencialidades e funções de cada infraestrutura existente" como, por exemplo, Beja, e que se recorra a uma "Equipa de Missão, independente, com peritos e técnicos, com prazo determinado para a execução" de uma Avaliação Ambiental Estratégica.

ÓRGÃOS NACIONAIS

Lista completa dos órgãos nacionais eleitos no 39.º Congresso Nacional do PSD em Santa Maria da Feira:



COMISSÃO POLÍTICA NACIONAL

Presidente

Rui Rio

Vice-Presidentes

Salvador Malheiro
David Justino
Isaura Morais
André Coelho Lima
João Pais de Moura
Ana Paula Silvestre Correia

Secretário-Geral

José Silvano

Vogais

José Miguel Ramos
Pedro Abreu Coelho
Isabel Cruz
Filipa Roseta
António Maló de Abreu
Marciano Lopes
Joaquim Miranda Sarmento
Manuel Pinto Teixeira
Carvalho Martins
Paula Calado

MESA DO CONGRESSO

Presidente

Paulo Mota Pinto

Vice-Presidentes

José Manuel Bolieiro
Miguel Albuquerque

Secretários

Isabel Meireles
José Manuel Fernandes
Palmira Lobo
Nelson Fernandes

CONSELHO NACIONAL

Pedro Roseta
Miguel Pinto Luz
Pedro Calado
Carlos Eduardo Reis
Arlindo Cunha
Fernando Costa

Catarina Rocha Ferreira
Sérgio Humberto
Ribau Esteves
Maurício Marques
André Neves
João Granja
Rui Celestino Cristina
Manuel Moreira
Duarte Marques
Rui Abreu
Paula Reis
Flávio da Silva Soares
Paulo Cavaleiro
Ana Oliveira
Hugo Neto
João Amaral Esteves
Pedro Alves
Bruno Vitorino
Nuno Mota Soares
João Fortes
Mónica Quintela
Rui Rocha
Bruno Moura Ferreira
José Carlos Inteiro
Luís Gavinhos
Nataníel Araújo
Rodrigo Gonçalves
João Lopes Gonçalves
José Alfredo Oliveira
Mário Coutinho
Ricardo Morgado
Hugo Ferrinho Lopes
Carlos Costa Neves
Lina Lopes
Luís Newton
Tiago Carrão
José Carlos Santos
Luís Rodrigues
Hernâni Dias
João Pedro Louro
Abraão Silva
João Caiado
Pedro Tomás
Carla Barros
Rui Ventura
Francisco Amaral
André Pardal
Nuno Ezequiel Pais
José Meireles

Maria João Magalhães
Carlos Alves
Rui Quelhas
Almiro Moreira
José Amável
Hernani Gomes
Diogo Fagundes
João Gomes da Silva
Adélio Miranda
Hugo Roque
José Jorge Vala
Andreia Bernardo
António Marques
Simão Ruivo
Rui Rei

Europa

Carlos Gonçalves
Artur Amorim

Fora da Europa

Laurentino de Sousa Esteves
Vitório Manuel do Rosário Cardoso

CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

Presidente

Paulo Colaço

Membros

Nuno Morais Sarmento
Francisco José Martins
José Miguel Bettencourt
Luís Tirapicos Nunes
António Tavares
Ângela Guerra
Barbara Amaral Correia
Miguel Clara

COMISSÃO NACIONAL DE AUDITORIA FINANCEIRA

Presidente

Rui Morais

Membros

Ester Amorim
Nelson Batista

David Justino

GOVERNO “TEM DESVALORIZADO O PAPEL DOS PROFESSORES”

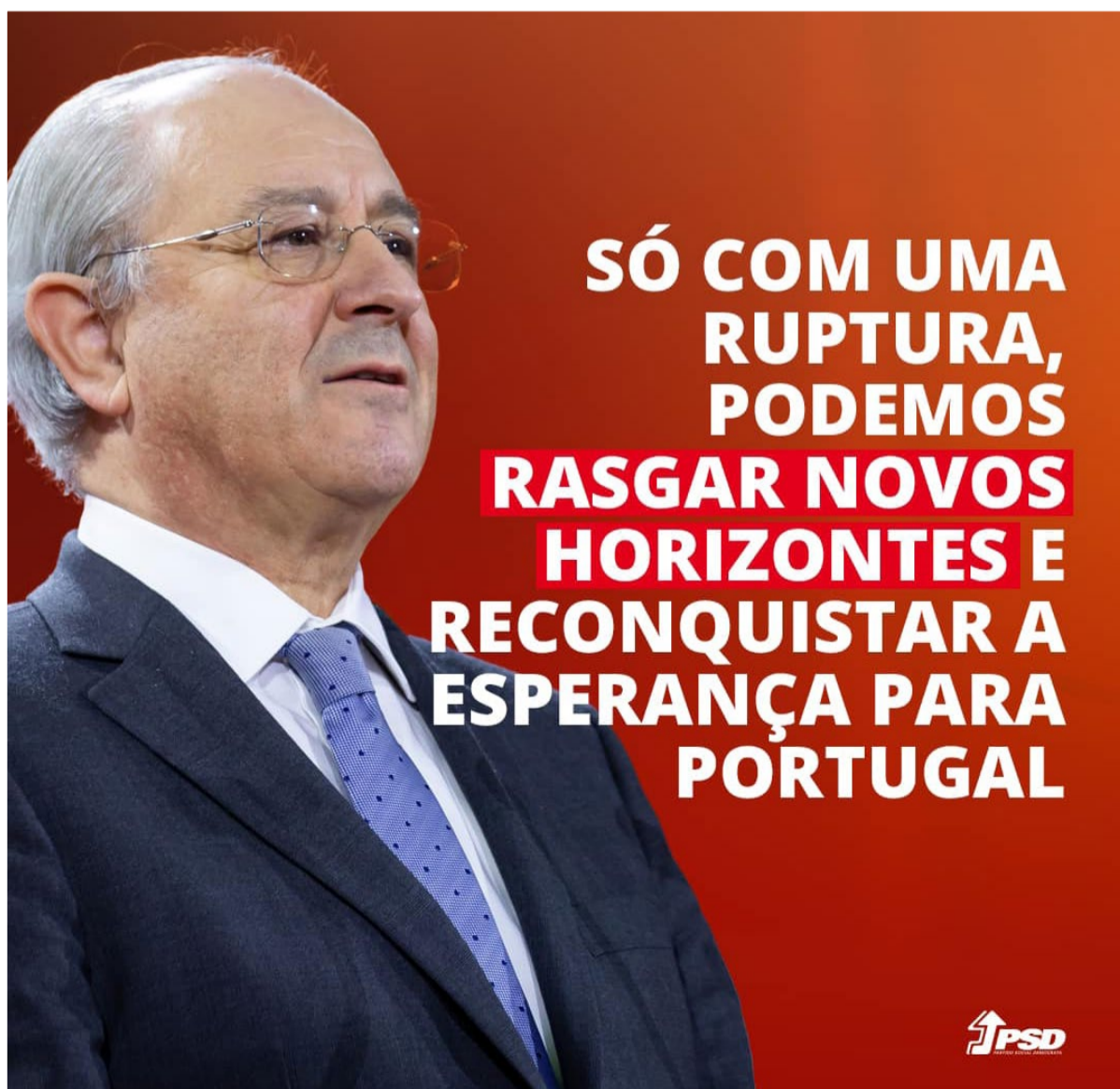


David Justino, vice-Presidente do PSD, considera que o próximo governo terá de resolver os problemas criados e agravados pelos executivos socialistas no ensino durante “os últimos seis anos”.

“Esta reunião foi muito oportuna dado que estamos a ultimar a proposta do programa [eleitoral] a apresentar à direção (...) Percebemos quais são as prioridades da parte da Federação Nacional da Educação, uma parte delas coincide com as nossas. Há uma preocupação muito grande relativamente à situação dos professores e à degradação da imagem pública e, acima de tudo, das expectativas e das aspirações da classe docente”, referiu.

David Justino, que esteve acompanhado pela deputada Cláudia André, recebeu, na quinta-feira de manhã, dia 16, na sede nacional do PSD, em Lisboa, uma delegação da Federação Nacional da Educação, e à saída do encontro aproveitou para sublinhar que é preciso “voltar a pôr a capacidade de diálogo e de concertação entre quem tem de decidir, o Ministério da Educação, e os sindicatos”. “Nos últimos seis anos, o papel dos professores tem vindo a ser completamente desvalorizado pela atual equipa do Ministério da Educação”, criticou.

De acordo com David Justino, a prioridade do PSD no setor é valorizar a “carreira docente”, nomeadamente “a formação inicial, a profissionalização, a progressão, os escalões e os concursos”.



**SÓ COM UMA
RUPTURA,
PODEMOS
RASGAR NOVOS
HORIZONTES E
RECONQUISTAR A
ESPERANÇA PARA
PORTUGAL**

JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE AGENDA PARA A DÉCADA SEM “INTERESSES DE CIRCUNSTÂNCIA”



O presidente do Governo Regional dos Açores defende que a região tem de fazer uma reflexão estratégica com objetivos para uma década, sem olhar a “interesses de circunstância”.

“A nossa agenda tem de ser de década. Temos de pensar que a ação das políticas públicas associadas ao empreendedorismo do nosso funcionamento em economia de mercado, na qualificação de excelência dos nossos recursos humanos, é para a década e não para a espuma do dia ou para o ano. A anualidade de planos e orçamentos é um percurso não é a essência”, afirmou o chefe do executivo açoriano.

José Manuel Bolieiro falava na segunda-feira à noite, 20 de dezembro, em Angra do Heroísmo, na sétima edição Fórum Autónómico, que o executivo tem vindo a promover em várias ilhas e que desta vez contou com a participação do eurodeputado social-democrata José Manuel Fernandes

O presidente do Governo Regional, que tomou posse em novembro de 2020, considerou que “é preciso ter coragem e não ceder ao ruído”

Segundo José Manuel Bolieiro, o Executivo não se pode comover “com o exercício de alguma lógica de grupelho,

de interesses de circunstância que procuram contrariar a visão estratégica, que exige sacrifício numa determinada fase”, mas “tem um rumo traçado para uma perspetiva de médio e longo prazo de sucesso”.

“É um desafio que não é fácil de vencer, sobretudo se nos convenceremos que a comodidade de encontrar toda a gente satisfeita apenas porque atuamos em função da espuma do dia, é uma tranquilidade quotidiana, mas é um percurso ao precipício”, sublinhou.

Para mudar de paradigma, é preciso uma reflexão estratégica “pensada com objetivos a alcançar por uma década”, de civilização, identidade, povo e de referência geopolítica, demográfica e económica, salientou.

“Os paradigmas que nos atrasam e amarram ao subdesenvolvimento têm de ser alterados e temos de ter capacidade de rutura”, frisou, alegando que a região não pode “ter medo do desafio novo ou inovador para alcançar estrategicamente um novo rumo”.

Se os Açores não mudarem de paradigma podem tornar-se “mais periféricos” e “mais irrelevantes” na competitividade global, apesar dos instrumentos financeiros comunitários e das potencialidades dos seus recursos endógenos, alertou o presidente do Governo Regional.

Bolieiro apelou, por isso, a uma maior participação cívica da população na definição do próximo programa operacional de fundos comunitários dos Açores, não com “interesse pessoal”, mas com “sentido estratégico” de “aproveitar uma alavanca financeira para mudar o paradigma da pobreza e da incapacidade de aproveitamento dos recursos endógenos para criação de riqueza”.

O presidente do Governo Regional disse que a região pode dar lições à Europa sobre sustentabilidade global, “na componente ambiental, social e económica”, e apelou ao eurodeputado José Manuel Fernandes para que divulgue “a vontade de participação que os Açores têm no contexto europeu”.

José Manuel Fernandes afirmou que os Açores têm oportunidades para desenvolver investigação, por exemplo, nas áreas do mar e do espaço e sugeriu a criação de consórcios para aproveitamento dos fundos comunitários.

À imagem do Plano Juncker, em que participou como relator, disse que a região podia tentar um “plano Bolieiro”, em que se juntassem subvenções e empréstimos.

O eurodeputado criticou, por outro lado, a falta de articulação em Portugal entre os diferentes programas de apoio comunitário e a falta de definição de objetivos de longo prazo, por outro.

AÇORES “ESTÃO MELHOR AGORA” DO QUE COM A GOVERNAÇÃO SOCIALISTA



António Vasco Viveiros, vice-Presidente do grupo parlamentar do PSD/Açores, afirmou, dia 14 de dezembro, que, “em matéria de coesão regional, após um ano de governação da atual coligação”, os Açores estão “melhores agora do que com a governação anterior”.

O social-democrata sublinhou que a coesão regional “é uma condição para a qual, quer o nosso grupo parlamentar, como naturalmente o governo, têm trabalhado, no sentido de proporcionar as melhores ofertas de mobilidade, devidamente sustentada, aos açorianos”, deu como exemplo.

O deputado enalteceu “as enormes vantagens trazidas pela criação da tarifa Açores, que tem permitido a ligação aérea entre as várias ilhas a um preço acessível. E cujo sucesso está comprovado pelo grande aumento da procura, que levou também ao aumento da oferta por parte da SATA regional”, referiu.

“Foi criada uma alternativa, durante todo o ano, mesmo para os passageiros que recorriam ao transporte marítimo, que permite viajar em condições muito mais vantajosas, através da via aérea”, reforçou.

“O governo regional está também a trabalhar na garantia da maior justiça possível para os passageiros açorianos, no-

meadamente que não sejam prejudicadas as ilhas que não recebem voos das companhias low cost, mas naturalmente precavendo aquela que é a sustentabilidade financeira que se pretende para a SATA Air Açores. Esse é um desafio que se nos coloca e ao qual será dada a melhor resposta”, disse.

Também no que se refere à mobilidade “e aos encaminhamentos, um assunto que o PS insiste em utilizar como arremesso político, temos de recuar às opções do anterior governo regional, que comunicava às instâncias europeias o encaminhamento de passageiros residentes quando, de uma forma genérica, aplicou a medida a todos os passageiros”, adiantou.

E acrescentou que “é preciso relembrar que o encaminhamento se aplica apenas aos voos de e para o continente português, e não aos voos internacionais, ou seja, com origem noutras partes da Europa ou nos Estados Unidos”.

António Vasco Viveiros explicou igualmente que, no que toca ao transporte marítimo interilhas de passageiros, “a linha sazonal – amarela – da Atlânticoline sofreu alterações transitórias, durante dois anos, estando em estudo novas opções, que sejam compatíveis em termos económicos, com as necessidades de cada uma das ligações e respetivas ilhas”, concluiu.

PAULO MONIZ APELA À SOBERANIA EUROPEIA PARA **APOIAR SUBSTITUIÇÃO DE CABOS SUBMARINOS**



O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, Paulo Moniz, apelou, dia 17, às instâncias europeias para a intervenção na manutenção de infraestruturas digitais obsoletas de impacto vital, “como por exemplo os cabos submarinos que ligam o continente aos Açores e para a qual a República tem mostrado indisponibilidade”.

O deputado social-democrata falava num encontro do Grupo de Trabalho para a Transição Digital do Parlamento, onde frisou que em causa está “uma ligação completamente obsoleta e em fim de vida útil, sobre a qual o Estado Português, tendo os estudos completos, e há mais de dois anos, mostra total inoperância na sua substituição atempada”, alertou.

“É um caso emblemático, o dos cabos submarinos que ligam o continente português aos arquipélagos dos Açores e da Madeira”, considera Paulo Moniz, “não falamos apenas na perspetiva de evitar uma rotura e isolamento das nossas regiões, mas porque a atual situação tem impedido a criação de condições comerciais competitivas e com impacto na economia”, disse.

Segundo o social-democrata, a Europa deve fazer “um mapeamento, deve mesmo constituir um acervo, de todos os cabos submarinos e terrestres de grande transporte, pois são infraestruturas tão ou mais essenciais

que as infraestruturas tradicionais, do ponto de vista da segurança europeia, e mesmo da presença europeia no mundo”, assegurou.

“Este é um apelo que devemos fazer à União Europeia e às instâncias europeias, para que chamem a si a capacidade de zelar pelas infraestruturas digitais de impacto vital, fomentando a sua boa operacionalidade, a sua atualização, a sua capacidade de redundância, para que ninguém fique isolado e para que a Europa não perca capacidade de afirmação, de soberania e de interligação”, reforçou o social-democrata.

Paulo Moniz sublinhou que os cabos submarinos de grande transporte de informação de dados no digital estão hoje, para o mundo e para a economia global, “como estiveram no passado as grandes autoestradas ou as grandes rotas”.

“A Europa deve ir mais além do que deixar a cada país a capacidade própria da implementação de cabos submarinos que sejam estratégicos, isto é que sejam os únicos no serviço às populações, em particular as que se encontrem em regiões ultraperiféricas, isoladas, como os Açores, onde naturalmente o estímulo comercial é menor, assim como a propensão para várias autoestradas”, concluiu.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



SECÇÕES

FAFE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Fafe, para reunir no próximo dia 22 de janeiro (sábado), pelas 16H00, na Praça 25 de Abril, nº 35, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleições dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral realiza-se no período compreendido entre as 16H00 e as 20H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00
email: jsdnacional@gmail.com



ERRATA

**NÚCLEO DE SANTA MARIA DE LAMAS
(Stª Mª da Feira)**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Plenário Eleitoral da JSD Santa Maria da Feira a reunir no dia de 8 de Janeiro de 2022 (sábado), na Rua do Auditório, N576 (Auditório de Santa Maria de Lamas), Santa Maria da Feira com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo Residencial da JSD Santa Maria de Lamas.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da JSD Santa Maria da Feira, na sita Rua Dos Descobrimientos no 16, Santa Maria da Feira respeitando as normas e Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD. O ato eleitoral decorrerá entre as 16 horas e as 18 horas.

Observação: Devido ao número de militantes existentes do núcleo residencial em questão, a Mesa do plenário da JSD concelhia Santa Maria da Feira irá assumir e assegurar o funcionamento da mesa do núcleo residencial durante o novo mandato, à semelhança do que aconteceu com o núcleo residencial de Sanguedo.

OLIVEIRA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo de Oliveira do Douro da JSD Vila Nova de Gaia, para reunirem no dia 22 de Janeiro de 2022, pelas 14h00, na sede do PSD Gaia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro 1323, 4430-999 Vila Nova de Gaia com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Oliveira do Douro da JSD de Vila Nova de Gaia.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14.00 horas e as 16.00 horas. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso da JSD Distrital do Porto ou a quem estatutariamente o substitua, até as 23h59m, do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O “Povo Livre” deseja a todos os militantes Boas Festas!

Estaremos de volta no dia 5 de janeiro de 2022.



CERTIDÃO DE ATA

39º CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA realizado em Santa Maria da Feira nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2021

--- No dia 18 de janeiro, dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata – PPD/PSD, e referente aos Pontos 1 e 3 da Ordem de Trabalhos, realizaram-se as votações das Propostas Temática, que decorreram por meio eletrónico, tendo sido todas aprovadas conforme relação dos resultados em anexo à presente certidão.

--- No dia 19 de janeiro, dando cumprimento ao artigo 21.º do Regulamento da Eleição do Presidente da Comissão Política Nacional e do 39.º Congresso Nacional do Partido Social Democrata – PPD/PSD e referente ao Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, realizaram-se as eleições para os Órgãos Nacionais do Partido que decorreram entre as 09h,00 e as 11h,00. -----

--- Apresentaram-se a sufrágio as seguintes listas: -----

Mesa do Congresso: concorreram duas listas - **Lista A** encabeçada por Paulo Mota Pinto que obteve quatrocentos e sessenta e cinco votos (465) votos e sete (7) mandatos, a **Lista B** encabeçada por Pedro Rodrigues que obteve trezentos e quarenta e dois (342) votos e zero (0) mandatos. -----

---Registaram-se dezanove (19) votos brancos, sete (7) votos nulos, num universo de oitocentos e trinta e três (833) votantes. -----

--- **Comissão Política Nacional:** **Lista A** proposta pelo Presidente da CPN, recém-eleito na eleição direta de 27 de novembro, nos termos do artigo 1º do regulamento supramencionado, Rui Fernando da Silva Rio que obteve quinhentos e sessenta e três (563) votos. -----

--- Registaram-se cento e noventa e sete (197) votos brancos, setenta e três (73) votos nulos, num universo de oitocentos e trinta e três (833) votantes. Da lista consta o nome do Secretário-Geral José Maria Lopes Silvano. -----

---**Conselho de Jurisdição Nacional:** Concorreram duas listas - **Lista A** encabeçada por Nuno Morais Sarmento obteve trezentos e noventa (390) votos e quatro (4) mandatos, **Lista C** encabeçada por Paulo Colaço que venceu com quatrocentos e vinte e quatro (424) votos e cinco (5) mandatos. -----

--- Registaram-se quatorze (14) votos brancos e cinco (5) votos nulos num universo de oitocentos e trinta e três (833) votantes. -----

--- **Comissão Nacional de Auditoria Financeira** – **Lista A** (única) encabeçada por Rui Morais que obteve seiscentos e dezanove (619) votos. -----

--- Registaram-se cento e sessenta e quatro (164) votos brancos e cinquenta (50) votos nulos num universo de oitocentos e trinta e três (833) votantes. -----

--- **Conselho Nacional:** Concorreram onze (11) listas: **Lista A** encabeçada por Pedro Roseta que obteve cento e oitenta e sete (187) votos e elegeu os primeiros dezassete (17) mandatos, a **Lista B** encabeçada por Miguel Pinto Luz obteve cento e sessenta e um (161) votos e elegeu os primeiros quatorze (14) mandatos, a **Lista C** encabeçada por Carlos Eduardo Reis obteve noventa

e sete votos **(97)** elegeu os primeiros **(9)** mandatos, a **Lista D** encabeçada por Luis Rodrigues obteve dezassete votos **(17)** e elegeu um **(1)** mandato, a **Lista H** encabeçada por Duarte Marques obteve quarenta e três votos **(43)** e elegeu os primeiros três **(3)** mandatos, a **Lista I** encabeçada por Nuno Ezequiel Pais obteve quatorze **(14)** votos e elegeu um **(1)** mandato, a **Lista J** encabeçada por José Meireles obteve quatorze **(14)** votos e elegeu um **(1)** mandato, a **Lista L** encabeçada por Lina Lopes obteve dezoito **(18)** votos e elegeu um **(1)** mandato, a **Lista M** encabeçada por Pedro Calado obteve cento e quarenta e seis **(146)** votos e elegeu os primeiros treze **(13)** mandatos, a **Lista V** encabeçada por Catarina Rocha Ferreira obteve setenta e quatro **(74)** votos e elegeu os primeiros seis **(6)** mandatos e a **Lista X** encabeçada por André Neves obteve cinquenta e dois **(52)** votos e elegeu os primeiros quatro **(4)** mandatos. -----
--- Registaram-se quatro **(4)** votos brancos e seis **(6)** votos nulos num universo de oitocentos e trinta e três **(833)** votantes. -----
--- Para o **Conselho Nacional** foram ainda eleitos pelo **Círculo da Europa** Carlos Gonçalves e Artur Amorim e para o **Círculo Fora da Europa** Laurentino de Sousa Esteves e Vitório Manuel do Rosário Cardoso. -----
--- Junto se anexa a relação das listas candidatas dos órgãos eleitos e a sua composição. -----
--- Por fim, usou da palavra o Presidente da Comissão Política Nacional, Doutor Rui Rio, o qual agradeceu a confiança nele depositada solicitando a unidade do Partido e concluindo com palavras de esperança no futuro. -----
--- Às catorze horas e quarenta e cinco minutos o Presidente da Mesa do Congresso declarou encerrados os trabalhos do 39º Congresso Nacional do Partido Social Democrata – PPD/PSD. ---
--- Nada mais havendo a registar foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa cessante. -----

Santa Maria da Feira, 19 de janeiro de 2021

O Presidente da Mesa do Congresso

Paulo Mota Pinto

Propostas temáticas	Autor	Sentido de voto	N.º de votos	Total de votos	Resultado
A - UM CHOQUE DE EQUIDADE. JUSTIÇA E COESÃO TERRITORIAL	CPD Santarém 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	397	510	78%
A - UM CHOQUE DE EQUIDADE. JUSTIÇA E COESÃO TERRITORIAL	CPD Santarém 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	20	510	4%
A - UM CHOQUE DE EQUIDADE. JUSTIÇA E COESÃO TERRITORIAL	CPD Santarém 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	93	510	18%
B - SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL	CPD Vila Real 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	413	509	81%
B - SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL	CPD Vila Real 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	14	509	3%
B - SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL	CPD Vila Real 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	82	509	16%
C - UMA ABORDAGEM DA SOCIAL-DEMOCRACIA AOS DESAFIOS QUE ATUALMENTE SE COLOCAM A PORTUGAL, ÀS REGIÕES E À SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO EUROPEU E NUM MUNDO GLOBAL	CPD Aveiro 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	360	509	71%
C - UMA ABORDAGEM DA SOCIAL-DEMOCRACIA AOS DESAFIOS QUE ATUALMENTE SE COLOCAM A PORTUGAL, ÀS REGIÕES E À SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO EUROPEU E NUM MUNDO GLOBAL	CPD Aveiro 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	26	509	5%
C - UMA ABORDAGEM DA SOCIAL-DEMOCRACIA AOS DESAFIOS QUE ATUALMENTE SE COLOCAM A PORTUGAL, ÀS REGIÕES E À SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO EUROPEU E NUM MUNDO GLOBAL	CPD Aveiro 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	123	509	24%
D - 14 MEDIDAS DIRETAS, DIVIDIDAS POR ÁREAS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	CPD Castelo Branco 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	354	511	69%
D - 14 MEDIDAS DIRETAS, DIVIDIDAS POR ÁREAS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	CPD Castelo Branco 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	25	511	5%
D - 14 MEDIDAS DIRETAS, DIVIDIDAS POR ÁREAS ESSENCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.	CPD Castelo Branco 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	132	511	26%
E - REFORMAR PORTUGAL	CPD Leiria 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	334	511	65%
E - REFORMAR PORTUGAL	CPD Leiria 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	28	511	5%
E - REFORMAR PORTUGAL	CPD Leiria 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	149	511	29%
F - TECNOLOGIA 5G: UMA (ÚLTIMA) OPORTUNIDADE DE COESÃO TERRITORIAL?	CPD Coimbra 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	383	512	75%
F - TECNOLOGIA 5G: UMA (ÚLTIMA) OPORTUNIDADE DE COESÃO TERRITORIAL?	CPD Coimbra 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	18	512	4%
F - TECNOLOGIA 5G: UMA (ÚLTIMA) OPORTUNIDADE DE COESÃO TERRITORIAL?	CPD Coimbra 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	111	512	22%
G - POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROXIMIDADE AO SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS	ASD 1º Subscritor: CPN/ASD	A favor	441	514	86%
G - POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROXIMIDADE AO SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS	ASD 1º Subscritor: CPN/ASD	Contra	11	514	2%
G - POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROXIMIDADE AO SERVIÇO DA SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS	ASD 1º Subscritor: CPN/ASD	Abstenção	62	514	12%
H - PSD - RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	TSD 1º Subscritor: CPN/TSD	A favor	348	516	67%
H - PSD - RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	TSD 1º Subscritor: CPN/TSD	Contra	27	516	5%
H - PSD - RUMO A UM NOVO CICLO POLÍTICO	TSD 1º Subscritor: CPN/TSD	Abstenção	141	516	27%
I - O ALENTO, O MUNDO RURAL E A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL	CPD Beja 1º Subscritor: Ass. Distrital	A favor	345	511	68%
I - O ALENTO, O MUNDO RURAL E A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL	CPD Beja 1º Subscritor: Ass. Distrital	Contra	28	511	5%
I - O ALENTO, O MUNDO RURAL E A REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL	CPD Beja 1º Subscritor: Ass. Distrital	Abstenção	138	511	27%
J - TIRAR PORTUGAL DA "CEPA TORTA"	JSD 1º Subscritor: CPN/JSD	A favor	391	514	76%
J - TIRAR PORTUGAL DA "CEPA TORTA"	JSD 1º Subscritor: CPN/JSD	Contra	19	514	4%
J - TIRAR PORTUGAL DA "CEPA TORTA"	JSD 1º Subscritor: CPN/JSD	Abstenção	104	514	20%
L - VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE	João Dias Coelho 1º Subscritor: João Dias Coelho	A favor	317	509	62%
L - VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE	João Dias Coelho 1º Subscritor: João Dias Coelho	Contra	42	509	8%
L - VALORIZAR O AMBIENTE E ASSEGURAR A SUSTENTABILIDADE	João Dias Coelho 1º Subscritor: João Dias Coelho	Abstenção	150	509	29%
K - PASSAR À ACÇÃO: POR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EQUILIBRADA DE MULHERES E HOMENS NA DEFESA DA SOCIALDEMOCRACIA	Lina Lopes 1º Subscritor: Lina Lopes	A favor	214	517	41%
K - PASSAR À ACÇÃO: POR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EQUILIBRADA DE MULHERES E HOMENS NA DEFESA DA SOCIALDEMOCRACIA	Lina Lopes 1º Subscritor: Lina Lopes	Contra	155	517	30%
K - PASSAR À ACÇÃO: POR UMA PARTICIPAÇÃO MAIS EQUILIBRADA DE MULHERES E HOMENS NA DEFESA DA SOCIALDEMOCRACIA	Lina Lopes 1º Subscritor: Lina Lopes	Abstenção	148	517	29%